



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR

Lei nº 5.571, de 23 de julho de 2010
Secretaria Municipal de Comunicação Social

ATOS DO PODER EXECUTIVO



RESOLUÇÃO Nº64/2024-PGM

Súmula: Aprova a Minuta Padronizada de Edital de Pregão

O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no exercício das atribuições legais e regulamentares definidas na Lei nº 6.792/2017, de 13 de dezembro de 2017,

RESOLVE:**Art. 1º.** Aprovar a Minuta Padronizada de Edital de Pregão.**Art. 2º.** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.**PUBLIQUE-SE.**

Cascavel, 28 de fevereiro de 2024.

Edson Zorek
Procurador-Geral do MunicípioEDSON
ZOREK:02756516902Assinado de forma digital por
EDSON ZOREK:02756516902
Dados: 2024.03.01 10:20:12 -03'00'

PREGÃO ELETRÔNICO

90048/2026

CONTRATANTE (UASG)

MUNICÍPIO DE CASCADEL (987493)

OBJETO

Manutenção preventiva mensal e corretiva sob demanda de elevadores e plataformas de acessibilidade instalados nas Unidades da Secretaria Municipal de Educação, com fornecimento de peças e componentes sob demanda, mediante aplicação de desconto sobre tabelas oficiais vigentes dos fabricantes, pelo período de 60 (sessenta) meses

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 568.300,00 (quinhentos e sessenta e oito mil e trezentos reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/06/2026 às 9h (horário de Brasília)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[maior desconto] / [por grupo]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

PREGOEIRA

ANA CAROLINE COTERLI HANK, DESIGNADA ATRAVÉS DO DECRETO
Nº 20.381/2026

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
8. DOS RECURSOS	20
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	24
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	24



MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

MUNICÍPIO DE CASCADEL/PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90048/2026

(Processo Administrativo nº 35465/2026)

Torna-se público que Município de Cascavel, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o n.º 76.208.867/0001-07, com sede no Centro Administrativo Municipal José Silvério de Oliveira, sito à Rua Paraná, n.º 5.000, Centro, Cascavel-PR, por intermédio da Divisão de Licitações do Departamento de Gestão de Aquisições Públicas - Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de **Manutenção preventiva mensal e corretiva sob demanda de elevadores e plataformas de acessibilidade instalados nas Unidades da Secretaria Municipal de Educação, com fornecimento de peças e componentes sob demanda, mediante aplicação de desconto sobre tabelas oficiais vigentes dos fabricantes, pelo período de 60 (sessenta) meses**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema da sessão pública e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as contidas no **EDITAL**.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 6 itens, conforme tabela constante no Anexo 1 – Relação de Itens, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A obtenção do benefício, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, será observado:

- a. A contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, devendo a empresa em sua proposta final apresentar o valor igual para as cotas;
- b. Verificado a divergência entre valores e superado o disposto no item 6.12, será a empresa desclassificada na cota de maior valor unitário.

2.7. Observado o disposto no §1º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021 será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.8.8. agente público do órgão licitante;
- 2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão licitante.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.15. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3.16.1 O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

MUNICÍPIO DE CASCVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. valor unitário e total do item (Respeitado o limite de DUAS CASAS DECIMAIS para os centavos);
- 4.1.2. Fabricante;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência das contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no termo de referência.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou do Tribunal de Contas da União (quando forem utilizados recursos da União oriundos de transferências voluntárias) e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;
- 5.21.2.2. empresas brasileiras;
- 5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.21.3. Caso o empate persista, poderá, o agente de contratação/pregoeiro, proceder a realização de sorteio em sessão pública, assegurado a todos os interessados o direito ao acompanhamento desta.
- 5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão e serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:
- 5.22.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 5.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro de Impedidos de Licitar, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.6 deste edital.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.12. Erros no preenchimento da proposta/planilha/documentos complementares não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta/planilha/documentos complementares poderá(ão) ser ajustada(s) pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos;
- 6.12.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro oportunizará até 3 (três) vezes a possibilidade de correção sendo que, não sanados os erros dentro das oportunidades, será desclassificada a empresa.
- 6.12.3. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais. Quando for o caso, o percentual de acréscimo a ser exigido será determinado em documento anexo a este edital, denominado "Qualificação econômico-financeira".

7.4.2. No caso de participação de empresas reunidas em consórcio, além dos contratos sociais e da documentação referente à habilitação fiscal, social e trabalhista de todas as consorciadas, deverá ainda ser apresentado, junto aos documentos de habilitação, o Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, nos termos do inciso I do art. 15, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.4.2.1. Caso o consórcio sagre-se vencedor, deverá apresentar a constituição registrada no prazo de 10 (dez) dias úteis após o encerramento da sessão, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar condição atendida anterior à época da abertura do certame; e

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14.3. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro em decisão fundamentada.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.20. Documentos com prazo limite para consulta de autenticidade terão sua validade determinada como o período disponível para consulta.

7.20.1. Documentos sem prazo expresso de validade e/ou consulta de autenticidade serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da sua respectiva data de emissão, exceto se anexada legislação específica indicativa de prazo distinto.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

MUNICÍPIO DE CASCVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos
 - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://cascavel.atende.net>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

12.1.1 Por parte do licitante:

- I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;
- II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) Deixar de apresentar amostra;
 - e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - f) Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.2. Por parte do contratado:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Poderão ser aplicadas aos que incorrerem nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa: de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor do contrato licitado ou celebrado, ou da parcela inadimplida, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;

III. Impedimento de licitar e contratar;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

9.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.5. Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6. As sanções previstas ao Contratado PODERÃO ser aplicadas também ao detentor de Ata de Registro de Preços, no que couber;

9.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto Municipal n.º 17.664/2023.

9.8. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

9.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (<https://cascavel.atende.net>) e no sítio de realização da licitação no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- E-mail: pregao@cascavel.pr.gov.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cascavel.atende.net>.

11.11. O download do aplicativo do Compras.gov poderá ser realizado acessando o endereço informado na folha inicial.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.12.1. ANEXO I – Relação de Itens;
- 11.12.2. ANEXO II – Termo de Referência e Documento Complementar;
 - 11.12.2.1. Apêndice do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços
 - 11.12.2.2. Apêndice do Anexo II – Modelo de Planilha de Custos;
- 11.12.3. ANEXO III – Declaração de Interesse
- 11.12.4. ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato;
- 11.12.5. ANEXO VI - Estudo Técnico Preliminar;
- 11.12.6. ANEXO VII - Mapa Comparativo de Preços;
- 11.12.7. ANEXO VIII - Portaria de Fiscalização.

Cascavel, 25 de maio de 2026

GISLAINE BURAKI DE ANDRADE
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I - RELAÇÃO DE ITENS

ITENS PARA PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA

LOTE 1					
ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	60,00	UND	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MENSAL PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 2 PARADAS E 6 PASSAGEIROS DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. ADEMIR CORREA BARBOSA - MODELO MOTION TEM 450.	465,00	27.900,00
2	60,00	UND	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MENSAL PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 3 PARADAS E 4 PASSAGEIROS PARA PNE DA ESCOLA MUNICIPAL ADOLIVAL PIAN - MODELO ORTOBRAS.	515,00	30.900,00
3	60,00	UND	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MENSAL PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 4 PARADAS E 8 PASSAGEIROS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - MODELO OTIS 37NM8070.	667,50	40.050,00
4	60,00	UND	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MENSAL PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 6 PARADAS E 8 PASSAGEIROS DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS PAULO FREIRE - MODELO THYSENKRUPP EXPORT.	807,50	48.450,00
5	900,00	UND	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MENSAL PARA PLATAFORMA ELEVATÓRIA CABINADA COM ILUMINAÇÃO SEM CASA DE MAQUINAS COM 2 PARADAS E 3 PASSAGEIROS PARA PNE NAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, TOTALIZANDO 15 EQUIPAMENTOS - ESCOLAS MUNICIPAIS ALMIRANTE BARROSO, ANA NERI, ARTUR	390,00	351.000,00

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

			CARLOS SARTORI, EDISON PIETROBELLI, LUIZ VIANEY PEREIRA, MARIO PIMENTEL DE CAMARGO, PROF. ^a ARMINDA T. VILLVOCK (X2), PROF. ^a GLADIS MARIA TIBOLA, PROF. ^a ILIZETE SANTA BONATO PASINI, PROF. ^a MICHALINA K. SOCHODOLAK, ROBERT F. KENNEDY, TEOTÔNIO VILELA, CETEA JUDITHA PALUDO ZANUZZO E CMEI CECÍLIA ALVES RIOS DE LIMA.		
6	1,00	UND	TETO FINANCEIRO ANUAL PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES (CONFORME ETP)	70.000,00	70.000,00
Valor total do lote 1: R\$ 568.300,00 (quinhentos e sessenta e oito mil e trezentos reais)					
Valor Total Geral: R\$ 568.300,00 (quinhentos e sessenta e oito mil e trezentos reais)					

MUNICÍPIO DE CASCADEL/PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(Processo Administrativo nº 35465/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia de manutenção preventiva mensal e corretiva sob demanda de elevadores e plataformas de acessibilidade instalados nas unidades da Secretaria Municipal de Educação, com fornecimento de peças e componentes sob demanda, mediante aplicação de desconto sobre tabelas oficiais vigentes dos fabricantes, pelo período de 60 (sessenta) meses, nos termos da requisição anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, uma vez que envolvem a manutenção de sistemas eletromecânicos complexos que exigem o recolhimento de Anotação/Termo de Responsabilidade Técnica (ART/TRT).
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições contratuais, até o limite máximo de 10 anos.
- 1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista à sua natureza constante e periódica. A manutenção desses equipamentos não se limita a um único evento ou atividade pontual, mas sim requer intervenções regulares ao longo do tempo para garantir seu funcionamento adequado e seguro, demandando uma prestação de serviço de forma ininterrupta e periódica ao longo do tempo, sendo que a vigência plurianual fundamenta-se na busca por maior eficiência administrativa, estabilidade operacional e melhores condições comerciais, evitando a descontinuidade de serviços essenciais de acessibilidade, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Deverá ser considerado os descritivos cadastrados no sistema IPM, pois o código CATMAT/CATSER encontrado para os produtos é genérico e os objetos licitados devem atender as especificações detalhadas dos itens.
- 1.7. A quantidade mínima a ser cotada pelo licitante para cada item não poderá ser inferior a quantidade máxima estimada para cada item do presente processo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. A contratação é essencial para garantir a segurança dos usuários e o cumprimento da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assegurando a acessibilidade nas unidades escolares e administrativas.
- 2.3. A vigência de 60 (sessenta) meses justifica-se pela busca de eficiência administrativa e estabilidade operacional, mitigando riscos de descontinuidade de serviços essenciais e garantindo melhor planejamento orçamentário diante do envelhecimento do parque tecnológico.
- 2.4. Registra-se que o contrato anterior foi rescindido amigavelmente a pedido da contratada, encontrando-se a Administração, no momento, sem cobertura contratual para a manutenção dos equipamentos, circunstância que reforça a prioridade administrativa da presente contratação, a fim de restabelecer a regularidade operacional e mitigar riscos à segurança e à acessibilidade.
- 2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, sob número de PCA nº 155/2026, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A solução consiste na prestação de serviços integrados de manutenção técnica (preventiva e corretiva) e o fornecimento de peças e materiais sob demanda, visando assegurar a disponibilidade, a segurança e o prolongamento da vida útil do parque tecnológico de elevadores e plataformas da SEMED durante os 60 meses de vigência.
- 3.2. O ciclo de vida do objeto considera o envelhecimento progressivo dos equipamentos, garantindo a sustentabilidade operacional por meio de manutenções mensais rigorosas e um teto financeiro escalonado para a reposição de componentes, minimizando riscos de paralisação prolongada.
- 3.3. A descrição detalhada da solução como um todo, incluindo a metodologia, a análise comparativa entre os modelos de execução e a justificativa para a solução integrada (serviços e fornecimento de peças), encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), apêndice deste Termo de Referência.

41
p.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e demais itens constantes no Estudo Técnico Preliminar, devem ser atendidos os seguintes requisitos, os quais se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU):
- 4.1.1. Medidas para reduzir o consumo racional de água e energia e seguir as Normas Brasileiras (ABNT) para resíduos.
- 4.1.2. Gestão de resíduos com a segregação, destinação correta, reutilização, reciclagem e compostagem.
- 4.1.3. Priorizar equivalentes com menor impacto ambiental e maior eficiência energética, além de selos de certificação ambiental na substituição de fluidos e peças.
- 4.1.4. Priorizar produtos locais e com selos de certificação ambiental e que sigam os critérios do Guia na aquisição de produtos sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos (Inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021)

- 4.2. Na presente contratação, por se tratar de manutenção multimarcas em parque tecnológico já instalado, não haverá indicação de marca ou modelo específico para os serviços. No que tange ao fornecimento de peças (Item 6), estas deverão ser preferencialmente originais ou, na sua impossibilidade comprovada, equivalentes ou de melhor qualidade, conforme parâmetros de desempenho do fabricante original.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (Inciso III do art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021)

- 4.3. Não há vedação de marcas ou produtos específicos para esta contratação nesta fase de planejamento.

Subcontratação

- 4.4. É admitida a subcontratação parcial do objeto, exclusivamente para serviços técnicos acessórios, sob as seguintes condições:
- 4.4.1. É vedada a subcontratação da execução principal do objeto contratual, qual seja: a mão de obra de manutenção preventiva mensal e corretiva dos elevadores e plataformas.
- 4.4.2. Admitir-se-á, mediante prévia e expressa autorização da fiscalização, a subcontratação de serviços técnicos especializados acessórios (ex: reparo laboratorial de placas eletrônicas, retífica de motores ou serviços de metalurgia específica), desde que a responsabilidade técnica integral e a garantia do serviço permaneçam exclusivamente com a Contratada.

42
1

- 4.4.3. A subcontratação fica limitada à parcela de serviços acessórios que não descaracterizem a execução direta pela contratada.

Garantia da contratação

- 4.5. Não haverá exigência de garantia de execução contratual, prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, visando ampliar a competitividade e evitar a elevação dos custos indiretos da proposta, conforme análise de custo-benefício constante no Estudo Técnico Preliminar.

- 4.5.1. A dispensa da garantia de execução não exime a Contratada da responsabilidade civil pela qualidade dos serviços prestados e materiais aplicados, nem afasta a aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento contratual.

Vistoria

- 4.6. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.
- 4.7. Fica facultado à empresa interessada em participar desta contratação realizar vistoria para melhor elaboração de sua proposta, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:30 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 16:30 horas, com agendamento através do telefone (45) 4001-2830, com o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data marcada para a sessão pública.
- 4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. **Início da execução:** em até 30 (trinta) dias contados da emissão da Nota de Empenho ou Ordem de Serviço.
- 5.1.2. **Manutenção preventiva:** executada com periodicidade mensal para todos os equipamentos (elevadores e plataformas P.M.R.). A manutenção preventiva visa garantir a máxima confiabilidade operacional e segurança, considerando o papel essencial desses equipamentos na acessibilidade escolar.

5.1.3. **Manutenção corretiva:** realizada sob demanda, sem limite de chamados e sem custo adicional de mão de obra, sempre que houver paralisação ou funcionamento inadequado, visando o restabelecimento imediato da operacionalidade, de acordo com a necessidade e acionamento dos usuários.

5.1.4. **Peças e componentes dos elevadores e plataformas:** Realizado sob demanda, mediante autorização da fiscalização técnica (Engenharia) e orçamento aprovado, com aplicação do desconto contratado sobre tabelas oficiais.

5.1.4.1. Na impossibilidade comprovada de peças originais, admite-se peças compatíveis ou de tecnologia superior, condicionada a relatório técnico e aprovação da fiscalização.

5.1.4.2. Para peças compatíveis sem tabela oficial, o preço será definido pela média de, no mínimo, 03 (três) orçamentos, aplicando-se o desconto licitado.

5.1.5. **Atendimento Emergencial:** disponibilidade de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com tempo máximo de atendimento de 30 (trinta) minutos com pessoas presas em seu interior e de 2 (duas) horas sem pessoas presas em seu interior, *contados a partir do registro do horário do chamado efetuados pelo CONTRATANTE, sem custo adicional.*

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nas seguintes unidades:

5.2.1. Unidades com elevadores de passageiros:

Secretaria Municipal de Educação	Rua Dom Pedro II, 1781 - Centro	(45) 4001-2830
Escola Mun. Adolival Pian	Rua Paranaguá, 2479 - São Cristóvão	(45) 3902-1633
Escola Mun. Prof. Ademir Correa Barbosa	Rua Jurandir Antonio Zanluch, 159 - Esmeralda	(45) 3902-2451
Centro Mun. de Educação Básica para Jovens e Adultos Paulo Freire	Rua Pres. Juscelino Kubitschek, 373 - Alto Alegre	(45) 3902-1240

5.2.2. Unidades com plataformas elevatórias para cadeirantes:

Escola Mun. Almirante Barroso	Rua Marechal Floriano, 3634 - Centro	(45) 3902-1476
Escola Mun. Ana Neri	Rua Ap ^a dos Portos, 559 - XIV de Novembro	(45) 3902-1640
Escola Mun. Artur Carlos Sartori	Rua Cabo Hermito de Sá, 1011 - Sta. Felicidade	(45) 3902-1650
Escola Mun. Edison Pietrobelli	Av. Tito Muffato, 2581 - Santa Cruz	(45) 3902-1472
Escola Mun. Luiz Vianey Pereira	Rua Filosofia, 325 - Universitário	(45) 3902-1649
Escola Mun. Mario Pimentel de Camargo	Rua Angelo Godoi, 479 - Santos Dumont	(45) 3902-1639
Escola Mun. Prof ^a Armanda Tereza Villvock - 2 (dois) equipamentos	Rua Medianeira, 604 - Cataratas	(45) 3902-1464
Escola Mun. Prof ^a Gladis Maria Tibola	Rua São Paulo, 80 - Centro	(45) 3902-1456
Escola Mun. Prof. ^a Ilizete Santa Bonato Pasini	Rua Socrates, 1251 - Interlagos	(45) 3902-1727
Escola Mun. Prof ^a Michalina Kicula Sochodolak	Rua José de Sá Cavalcante, 622 - Claudete	(45) 3902-1655
Escola Mun. Robert Francis Kennedy	Rua Mato Grosso, 1040 - São Cristóvão	(45) 3902-1461
Escola Mun. Teotônio Vilela	Rua Itaqui, 130 - Canadá	(45) 3902-1462

44

Centro Mun. de Educação Infantil Cecília Alves Rios de Lima	Rua Flor da Serra, 1024 - Guarujá	(45) 3902-1710
Clínica Escola do Transtorno do Espectro Autista Juditha Paludo Zanuzzo	Avenida Guaíra, 510 - Claudete	(45) 3321-2232

- 5.3. Os serviços de manutenções preventivas e corretivas deverão ser prestados em horário comercial, de segunda a sexta-feira e em qualquer horário nas manutenções emergenciais.

Rotinas a serem cumpridas

- 5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

- 5.4.1. Agendar as visitas de manutenção preventiva de acordo com o cronograma estabelecido, considerando a periodicidade mensal para todos os equipamentos.
- 5.4.2. Verificar previamente se todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços estão disponíveis e em condições adequadas de uso.
- 5.4.3. Realizar inspeções visuais e funcionais detalhadas em todos os componentes dos elevadores e plataformas elevatórias, identificando possíveis problemas ou desgastes que necessitem de intervenção.
- 5.4.4. Executar os procedimentos de manutenção preventiva, incluindo lubrificação, ajustes, testes de funcionamento e verificação de sistemas de segurança.
- 5.4.5. Corrigir imediatamente quaisquer problemas identificados durante a inspeção através de ajustes e reparos, garantindo o funcionamento adequado dos equipamentos.
- 5.4.6. Atender prontamente aos chamados de manutenção corretiva, realizando os reparos necessários para restabelecer o funcionamento dos equipamentos no menor tempo possível.
- 5.4.7. Preencher ficha de manutenção com checklist das atividades realizadas, incluindo inspeção, limpeza, lubrificação, ajustes e testes de segurança específicas para cada equipamento, datadas e assinadas pelo técnico responsável e pelo representante do contratante.
- 5.4.8. Registrar todas as atividades realizadas durante a visita de manutenção, compilados em relatórios/fichas de manutenção para posterior análise e acompanhamento.
- 5.4.9. Providenciar relatório e orçamento para substituição de peças danificadas ou desgastadas de acordo com a demanda, garantindo a qualidade e segurança dos equipamentos.
- 5.4.10. Manter uma comunicação eficiente com a fiscalização, reportando qualquer problema encontrado, solicitando autorização para substituição de peças quando necessário e fornecendo relatórios sobre o estado dos equipamentos.

Materiais, ferramentas e utensílios a serem disponibilizados

- 5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, sem ônus adicional à Administração:
- 5.5.1. Todo o ferramental técnico especializado para manutenção eletromecânica e eletrônica;

5.5.2. Insumos de consumo regular (óleos lubrificantes, graxas, estopas e materiais de limpeza técnica);

5.5.3. Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC) para os técnicos, devidamente uniformizados e identificados.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda da SEMED baseia-se nas seguintes características do parque instalado:

5.6.1. O parque tecnológico objeto desta contratação é composto por 19 (dezenove) equipamentos, conforme detalhamento abaixo:

Elevadores de Passageiros (04 unidades):

- Escola Mun. Prof. Ademir Correa Barbosa: Marca/Modelo Motion TEM 450 (02 paradas);
- Escola Municipal Adolival Pian: Marca/Modelo Ortobras (03 paradas);
- Secretaria Municipal de Educação: Marca/Modelo Otis 37NM8070 (04 paradas);
- Centro Municipal de Educação Básica para Jovens e Adultos Paulo Freire: Marca/Modelo Thyssenkrupp Export (06 paradas).

Plataformas de Acessibilidade PNE (15 unidades):

- Equipamentos multimarca (02 paradas), distribuídos nas seguintes unidades: Escolas Municipais Almirante Barroso, Ana Neri, Artur Carlos Sartori, Edison Pietrobelli, Luiz Vianey Pereira, Mario Pimentel de Camargo, Prof.^a Arminda T. Villvock (02 unidades), Prof.^a Gladis Maria Tibola, Prof.^a Ilizete Santa Bonato Pasini, Prof.^a Michalina K. Sochodolak, Robert F. Kennedy, Teotônio Vilela, Clínica Escola do TEA Juditha Paludo Zanuzzo e CMEI Cecília Alves Rios de Lima.

5.6.2. Necessidade de manutenção de Anotação/Termo de Responsabilidade Técnica (ART/TRT) vigente durante todo o contrato conforme legislação vigente;

5.6.3. Necessidade de conhecimento pleno das condições locais, facultada a vistoria técnica prévia conforme item 4 deste Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço (Art. 40, §1º, III, da Lei nº 14.133/2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8. O prazo de garantia contratual, complementar à legal, será de 90 (noventa) dias, contados do recebimento definitivo do objeto;

5.9. Para as peças aplicadas, prevalecerá o prazo de garantia do fabricante.

Justificativa para a não utilização do Indicador de Manutenção e Resultados/Acordo de Níveis de Serviço

- 5.10. Conforme detalhado em tópico específico do ETP, a natureza binária da segurança em elevadores (funcional/seguro ou interditado) e a rigidez dos prazos de atendimento emergencial tornam o uso de indicadores estatísticos de IMR desnecessários e onerosos, sendo a fiscalização técnica direta o meio mais eficaz de controle.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.11. A contratada deverá realizar inspeção técnica inicial detalhada no início da vigência, emitindo relatório diagnóstico das condições de todos os equipamentos, para fins de nivelamento de responsabilidade técnica.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, observado o disposto no Decreto Municipal nº 17.872/2023.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá assegurar a disponibilidade de contato com o preposto durante todo o horário de prestação dos serviços e garantir sua presença no local da execução sempre que solicitado pela fiscalização para alinhamentos técnicos ou vistorias de conformidade.

- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput), observado o disposto no Decreto Municipal nº 17.872/2023.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.18. Além do disposto, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas específicas:
- 6.18.1. Verificação mensal da validade da ART/TRT de execução dos serviços;

48

- 6.18.2. Conferência técnica das fichas de manutenção mensal assinadas pelos responsáveis de cada unidade escolar/administrativa;
- 6.18.3. Avaliação técnica dos orçamentos de peças e componentes, verificando a compatibilidade com os preços de mercado e a aplicação correta do desconto contratual;
- 6.18.4. Monitoramento dos tempos de resposta para atendimentos emergenciais (30 min / 2 horas).

Gestor do Contrato

- 6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

49
1.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, baseando-se na conformidade técnica das manutenções mensais e na disponibilidade dos equipamentos.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 7.2.1. Não produzir os resultados acordados (equipamento parado sem justificativa técnica aceita),
 - 7.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as manutenções preventivas mensais;
 - 7.2.3. Deixar de utilizar materiais (lubrificantes/peças) ou recursos humanos (técnicos habilitados com ART/TRT) exigidos para a execução do serviço.
- 7.3. A aferição da execução contratual para fins de faturamento mensal considerará os seguintes critérios:
 - 7.3.1. Apresentação das Fichas de Manutenção Mensal (preventiva), datadas e assinadas pelo responsável de cada unidade;
 - 7.3.2. Comprovação de atendimento aos chamados corretivos e emergenciais dentro dos prazos estabelecidos (30 min / 2 horas);
 - 7.3.3. Manutenção da regularidade da Responsabilidade Técnica (ART/TRT) perante o Conselho de Classe (CREA/CFT).

Do Recebimento

- 7.4. Ao final de cada mês (etapa), o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada, incluindo as peças eventualmente substituídas sob demanda.
 - 7.4.1. Uma etapa será considerada concluída quando os serviços preventivos e corretivos previstos para o período estiverem executados em sua totalidade.
 - 7.4.2. Quando aplicável, deverão ser apresentados documentos comprobatórios da procedência legal de materiais utilizados.
- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados que comprovem o cumprimento das exigências técnicas e administrativas (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto Municipal nº 17.872/2023).
 - 7.5.1. O prazo acima conta-se do recebimento da comunicação de cobrança (medição) com a comprovação da prestação dos serviços.
 - 7.5.2. O fiscal técnico realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e o fiscal administrativo sob o aspecto burocrático e documental.

50

- 7.5.3. O fiscal técnico apurará o resultado das avaliações e a qualidade dos serviços, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos, registrando os fatos em relatório ao gestor.
- 7.5.4. A contratada é obrigada a reparar ou corrigir, às suas expensas, vícios ou incorreções resultantes da execução, não ocorrendo o ateste de medição enquanto pendências apontadas no Recebimento Provisório não forem sanadas.
- 7.5.5. O recebimento provisório fica sujeito, quando cabível, à conclusão de testes de carga/segurança e a entrega de manuais técnicos exigíveis.
- 7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá consolidar a análise técnica e administrativa antes do encaminhamento ao gestor para o recebimento definitivo.
- 7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 7.7.1. Emissão de documento comprobatório da avaliação do cumprimento das obrigações e do desempenho da contratada.
- 7.7.2. Análise de relatórios e, caso haja irregularidades que impeçam o pagamento, solicitação formal à contratada para as devidas correções.
- 7.7.3. Emissão de Termo Detalhado de recebimento definitivo e autorização para a emissão da Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto (dimensão ou qualidade), observar-se-á o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, efetuando-se o pagamento da parcela incontroversa.
- 7.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela execução do contrato.

Liquidação

- 7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 08 (oito) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, conforme Decreto Municipal nº 17.872/2023.
- 7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;

51

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

- 7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.21. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de Pagamento

- 7.25. Não haverá antecipação de pagamento para esta contratação, sendo os serviços remunerados conforme a efetiva execução.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO POR GRUPO.
- 8.1.1. A opção pelo agrupamento dos itens de serviços e peças justifica-se pela interdependência técnica entre a manutenção preventiva/corretiva e a reposição de componentes. A unidade de responsabilidade técnica em um único lote garante a segurança operacional, evita conflitos entre prestadores distintos que poderiam comprometer a garantia dos serviços e assegura a continuidade do serviço público de acessibilidade.
- 8.1.2. A proposta de preços deverá ser apresentada conforme o modelo estabelecido no Anexo deste Termo de Referência.

- 8.1.3. O desconto concedido sobre os itens de peças (Item 6) deverá ser expressamente registrado na Nota Fiscal, tendo como base a tabela referencial adotada pela Administração ou, na ausência desta, sobre o preço médio praticado no mercado ou pelo menor preço cotado, devidamente justificado por pesquisa de preços realizada pela CONTRATADA e validada pela fiscalização da CONTRATANTE, em conformidade com o art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme previsto neste termo e/ou Estudo Técnico Preliminar.

Regime de execução

- 8.2. O fornecimento do objeto será continuado.
- 8.3. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

- 8.4. Visando garantir a exequibilidade da contratação e evitar o sobrepreço, o critério de aceitabilidade será o Valor Global Estimado, utilizando-se os valores máximos fixados na Planilha de Custos como teto.
- 8.4.1. O licitante que estiver melhor colocado na disputa deverá apresentar à Administração a Planilha de Composição de Custos (Anexo deste TR) devidamente preenchida, para efeito de avaliação de exequibilidade, nos termos do art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.4.2. Para o item de peças (Preço Unitário/Desconto), o desconto ofertado não poderá ser inferior a 0% (zero por cento) sobre a tabela de referência.
- 8.5. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação, garantindo a manutenção das condições durante o trâmite de homologação.

Exigências de habilitação

- 8.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.8. **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico oficial do Governo Federal;
- 8.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

54
1.

- 8.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.
- 8.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.
- 8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou/e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de

declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

- 8.24. Certidão negativa de falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

- 8.24.1. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor;

- 8.24.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Qualificação Técnica

- 8.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

- 8.25.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

- 8.25.2. A exigência desta declaração justifica-se pela complexidade e diversidade do parque de elevadores e plataformas da SEMED, distribuídos em diversas unidades escolares e administrativas. O conhecimento pleno das condições de instalação é indispensável para garantir a exequibilidade da proposta e assegurar que a futura contratada possua a logística e o ferramental necessários para atender aos rigorosos prazos de assistência emergencial estabelecidos.

- 8.26. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da empresa junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), dentro do prazo de validade.

- 8.26.1. O registro da pessoa jurídica é obrigatório para o exercício de atividades de engenharia, conforme estabelecido no art. 59 da Lei nº 5.194/1966 e na Lei nº 13.639/2018. Esta exigência garante que a empresa possui regularidade técnica perante o conselho de classe para assumir a responsabilidade civil e técnica pela manutenção de sistemas de

transporte vertical, os quais exigem acompanhamento técnico especializado constante para a preservação da integridade física dos usuários e segurança pública.

8.27. Certificado de registro de profissional (Responsável Técnico) junto ao CREA ou ao CRT, dentro do prazo de validade, comprovando a habilitação de profissional de nível superior (Engenheiro) ou de nível técnico (Técnico Industrial), conforme as atribuições vigentes em seus respectivos conselhos.

8.27.1. Exigência de certificado de registro do profissional habilitado (nível superior ou técnico), responsável técnico da empresa, está prevista na legislação referente ao exercício das profissões que possuem atribuição para desempenhar as atividades relacionadas a serviços técnicos profissionais. A pessoa jurídica não pode desenvolver qualquer atividade sem a participação da pessoa física, representada pelos profissionais devidamente credenciados e com as devidas atribuições para manutenção de elevadores e plataformas;

8.27.2. A fundamentação legal para esta exigência encontra amparo, no que tange aos Engenheiros (CREA), nos Artigos 1º, 6º, 7º e 8º da Lei nº 5.194/1966, na Lei nº 6.496/1977 (ART) e nas Resoluções CONFEA nº 1.025/2009 e nº 336/1989; enquanto para os Técnicos Industriais (CRT), a base normativa compreende a Lei nº 13.639/2018, que instituiu o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais, a Resolução CFT nº 101/2020, que disciplina as competências dos Técnicos Industriais em Eletromecânica (incluindo expressamente a manutenção de elevadores) e a obrigatoriedade de emissão do correspondente Termo de Responsabilidade Técnica (TRT).

8.28. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.29. Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764/1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na Lei nº 5.764/1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

57
1.

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da presente contratação foi apurado com base em pesquisa de preços realizada junto a empresas especializadas no ramo, conforme custos unitários apostos no Mapa Comparativo dos Preços Pesquisados (I.N. nº 02/2023 - SEPLAG) em anexo, análise do histórico contratual da Administração e do consumo real de peças em exercícios anteriores, em consonância com o Estudo Técnico Preliminar. Complementarmente, e em observância à natureza de serviço comum de engenharia, tais valores foram validados mediante planilha de decomposição analítica fundamentada na base SINAPI-PR (Janeiro/2026) e BDI de 25,80%, conforme detalhado no Memorial Descritivo em anexo.

9.1.1. A contratação é composta por duas parcelas distintas:

i. **Parcela fixa:** correspondente aos serviços contínuos de manutenção preventiva mensal e corretiva, cujo valor estimado total para o período de 60 (sessenta) meses é de R\$ 498.300,00 (quatrocentos e noventa e oito mil e trezentos reais), obtido a partir da média aritmética simples dos orçamentos válidos considerados para cada item, multiplicados pela quantidade de meses prevista;

ii. **Parcela variável:** correspondente ao fornecimento de peças, componentes e materiais sob demanda, limitada a teto financeiro anual escalonado, totalizando valor estimado máximo de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) ao longo dos 60 (sessenta) meses, distribuído da seguinte forma:

- 1º ano de vigência: até R\$ 12.000,00 (doze mil reais);
- 2º ano de vigência: até R\$ 13.000,00 (treze mil reais);
- 3º ano de vigência: até R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais);
- 4º ano de vigência: até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
- 5º ano de vigência: até R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).

9.1.2. O teto anual para peças, componentes e materiais constitui limite máximo de despesa por exercício financeiro, não gera obrigação de consumo mínimo, não é cumulativo entre

exercícios e sua execução ficará condicionada à efetiva necessidade, devidamente justificada e autorizada pela fiscalização do contrato.

9.2. Para fins de planejamento e reserva orçamentária, o valor global estimado máximo da contratação corresponde à soma da parcela fixa de serviços de manutenção (R\$ 498.300,00) e da parcela variável de fornecimento de peças (R\$ 70.000,00), perfazendo o montante de **R\$ 568.300,00 (quinhentos e sessenta e oito mil e trezentos reais).**

9.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação conforme a Matriz de Riscos, assegurando a exequibilidade frente ao envelhecimento do parque tecnológico.

9.3.1. O escalonamento anual do teto financeiro para reposição de peças foi definido considerando o envelhecimento progressivo dos equipamentos ao longo da vigência contratual, conforme análise técnica constante no Estudo Técnico Preliminar, visando mitigar riscos de insuficiência orçamentária nos exercícios finais.

Do Reajuste

9.4. O valor da parcela fixa correspondente aos serviços mensais de manutenção preventiva e corretiva poderá ser reajustado anualmente, após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base do orçamento estimado, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado no período, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observada a legislação vigente.

9.5. O teto financeiro anual destinado ao fornecimento de peças, componentes e materiais constitui limite máximo por exercício financeiro, não estando sujeito a reajuste automático, podendo ser revisto exclusivamente mediante pedido formal de reequilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 07.001.001 - SEMED - Secretaria Municipal de Educação;
- II) Fonte de Recursos: Dotações 191 e 192;
- III) Programa de Trabalho: Ação 2169 - Manutenção da estrutura física das unidades escolares - demais fontes de recursos;
- IV) Elemento de Despesa: Subelemento 3.339.030.240.000.000.000 - Material para manutenção de bens imóveis; Subelemento 3.339.039.160.000.000.000 - Manutenção e conservação de bens imóveis.

Cascavel, 09 de março de 2026.



60
1.

ANEXO COMPLEMENTAR AO TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n.º 35465/2026)

1. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

1.1. Informamos que, na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte **PODERÃO** se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

2. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Quinta - 'PREÇO', a opção por manter ou suprimir a redação abaixo:

"O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos."

2.1. Informamos que o contrato deverá ser firmado pelo VALOR ESTIMADO a ser pago à contratada.

3. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Sétima - 'REAJUSTE', a indicação do(s) índice(s) de reajuste dos preços inicialmente contratados, após o interregno de um ano;

3.1. Informamos que o índice a ser adotado será o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

4. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, informamos, quanto à GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL prevista em sua Cláusula Décima, que:

4.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

5. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Décima-Segunda a previsão da EXTINÇÃO CONTRATUAL, informamos que deverá constar, no instrumento contratual, a seguinte redação:

5.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

5.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

5.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

5.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação

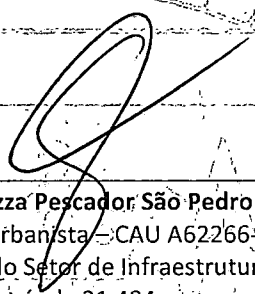
61
p.

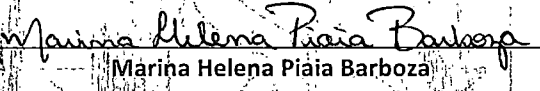
6. Por fim, relacionamos abaixo os servidores designados para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17.872/2023 neste processo:

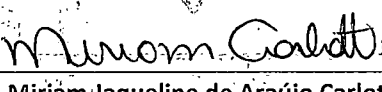
Servidor	Matrícula	Secretaria	Função
Luiz Gustavo Lazzarin	24.616	Educação	Fiscal de Contrato
Teodato Zingano Bischoff	31.426	Educação	Suplente do Fiscal de Contrato
Bruna Aparecida Ramos Luz	32.856	Educação	Gestor de Contrato
Gisely Ana Gusatto Rebequi	24.959	Educação	Suplente do Gestor de Contrato

Cascavel, 09 de março de 2026.


Elaborado por:


Sabrina Ruzza Pescador, São Pedro
Arquiteta e Urbanista – CAU A62266-4
Supervisora do Setor de Infraestrutura
Matrícula 31.484


Marina Helena Piaia Barboza
Gerente de Divisão
Dep. de Plan., Gestão e Finanças – SEMED
Matrícula nº 36.535


Miriam Jaqueline de Araújo Carlotto
Diretora
Dep. de Plan., Gestão e Finanças – SEMED
Matrícula 27.344

Ciente,


Gislaíne Buraki de Andrade
Secretária Municipal de Educação

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA PROPONENTE]

CNPJ nº: [XX.XXX.XXX/0001-XX]

Endereço: [Rua, número, bairro, cidade, UF]

Telefone: [XX] XXXX-XXXX | E-mail: [contato@empresa.com.br]

A

[Nome do Órgão/Entidade]

[Endereço completo do órgão]

GRUPO 01

ITEM	QTDE	APRES.	DESCRIPTIVO	VALOR MÁXIMO	DESCONTO APLICADO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	60	MÊS	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MENSAL PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 2 PARADAS E 6 PASSAGEIROS DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. ADEMIR CORREA BARBOSA - MODELO MOTION TEM 450.	465,00	10%	418,50	25.110,00
2	60	MÊS	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MENSAL PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 3 PARADAS E 4 PASSAGEIROS PARA PNE DA ESCOLA MUNICIPAL ADOLIVAL PIAN - MODELO ORTOBRÁS.	515,00	10%	463,50	27.810,00
3	60	MÊS	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MENSAL PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 4 PARADAS E 8 PASSAGEIROS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - MODELO OTIS 37NM8070.	667,50	10%	600,75	36.045,00
4	60	MÊS	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MENSAL PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 6 PARADAS E 8 PASSAGEIROS DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS PAULO FREIRE - MODELO THYSENKRUPP EXPORT.	807,50	10%	726,75	43.605,00
5	900	MÊS	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MENSAL PARA PLATAFORMA ELEVATÓRIA CABINADA COM ILUMINAÇÃO SEM CASA DE MAQUINAS COM 2 PARADAS E 3 PASSAGEIROS PARA PNE NAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, TOTALIZANDO 15 EQUIPAMENTOS (CONFORME ETP/TR)	390,00	10%	351,00	315.900,00
6	58.000	UND	TETO FINANCEIRO ANUAL PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES (CONFORME ETP/TR)	1,00	10%	0,90	52.200,00

Validade da Proposta:

[Ex: 60 dias a contar da data de sua apresentação]

Prazo de Entrega:

[Ex: até XX dias úteis após emissão da ordem de fornecimento]

Condições de Pagamento:

[Ex: conforme edital / em até XX dias após atesto e liquidação da nota fiscal]

Declaração:

Declaramos que os preços ofertados incluem todos os encargos, tributos, frete e demais custos incidentes sobre o objeto, estando em conformidade com as disposições legais, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

[Local], [Data].

ASSINATURA

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS

FORNECEDOR:

ENDEREÇO:

CIDADE:

CNPJ:

FONE:

E-MAIL:

CEP:

IE.:

UF:

ITEM	QTDE	APRES	DESCRIÇÃO	CUSTOS M.O. (R\$)	CUSTO MAT. (R\$)	OUTROS QUAIS? (R\$)	CUSTO UNIT. TOTAL (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	MARGEM DE LUCRO (R\$)	MARGEM DE LUCRO (%)
1	12	UND	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 2 PARADAS E 6 PASSAGEIROS DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. ADEMIR CORREA BARBOSA - MODELO MOTION TEM 450.	50,00	50,00	50,00	150,00	300,00	150,00	50,00%
2	12	UND	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 3 PARADAS E 4 PASSAGEIROS DA ESCOLA MUNICIPAL ADOLIVAL RIAN - MODELO ORTOBRAS.	50,00	50,00	50,00	150,00	300,00	150,00	50,00%
3	12	UND	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 4 PARADAS E 8 PASSAGEIROS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - MODELO OTIS 37NM8070.	50,00	50,00	50,00	150,00	300,00	150,00	50,00%
4	12	UND	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 6 PARADAS E 8 PASSAGEIROS DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS PAULO FREIRE - MODELO THYSSENKRUPP EXPORT.	50,00	50,00	50,00	150,00	300,00	150,00	50,00%
5	180	UND	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA PLATAFORMA ELEVATÓRIA CABINADA COM ILUMINAÇÃO, SEM CASA DE MÁQUINAS, COM 2 PARADAS E 3 PASSAGEIROS PARA PNE NAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, TOTALIZANDO 15 EQUIPAMENTOS (CONFORME ETP/TR).	50,00	50,00	50,00	150,00	300,00	150,00	50,00%

Obs.: Os valores informados são hipotéticos, cabendo cada empresa licitante apresentar seus custos para composição do valor da proposta.

Responsável pela emissão da Planilha de Custos

63

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INTERESSE

Ao Município de Cascavel/PR

Ref.: Licitação [Número do certame]

Item: _____

Eu, [Nome completo], representante legal da empresa [Nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [Número do CNPJ], com sede em [Endereço completo], venho, respeitosamente, manifestar nosso interesse em [compor o cadastro reserva para fornecimento **OU** assumir o remanescente do contrato], nos termos da referida licitação, conforme alternativa escolhida abaixo:

☐ Tenho interesse em fornecer nas mesmas condições do primeiro colocado, inclusive em relação à marca, modelo e valor.

☐ Tenho interesse em fornecer nas minhas condições e, para tanto, ofereço o valor de R\$ XX,XX, observada a classificação do certame.

Dessa forma, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos e providências necessárias.

Atenciosamente,

[Local e Data]

[Nome do representante legal]

[Cargo]

[Nome da empresa]

[Contato]

**RESOLUÇÃO Nº75/2024-PGM**

Súmula: Aprova a Minuta Padronizada de Contrato para Contratação Obras e de Serviços Comuns de Engenharia

O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no exercício das atribuições legais e regulamentares definidas na Lei nº 6.792/2017, de 13 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprova a Minuta Padronizada de Contrato para Contratação Obras e de Serviços Comuns de Engenharia.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Cascavel, 22 de abril de 2024.

Edson Zorek
Procurador-Geral do Município
EDSON
ZOREK:027565169
02

Assinado de forma digital por
EDSON ZOREK:02756516902
Dados: 2024.04.23 14:29:41
-03'00'

MUNICÍPIO DE CASCADEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 35465/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI, POR INTERMÉDIO DO MUNICÍPIO DE
CASCADEL E

O Município de Cascavel, com sede na Rua Paraná nº 5000, na cidade de Cascavel/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.208.867/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. XXXXXXXXXX, brasileiro, portador da matrícula funcional nº XXXXXX, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico OU Concorrência nº .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é contratação de serviços comuns de engenharia **Manutenção preventiva mensal e corretiva sob demanda de elevadores e plataformas de acessibilidade instalados nas Unidades da Secretaria Municipal de Educação, com fornecimento de peças e componentes sob demanda, mediante aplicação de desconto sobre tabelas oficiais vigentes dos fabricantes, pelo período de 60 (sessenta) meses**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	--------	------------	------------	----------------	-------------

MUNICÍPIO DE CASCAVEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

			MEDIDA			
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **05 (cinco) anos**, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. MATRIZ DE RISCO:

3.2.1. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

[] Planejamento da Contratação		[] Seleção do Fornecedor		[X] Gestão do Contrato
Probabilidade		[] Baixa	[X] Média	[] Alta
Impacto:		[] Baixa	[] Média	[X] Alta
Id.	Risco			
1.	Falta no cumprimento contratual;			
2.	Atraso na execução das manutenções;			
3.	Interrupção não planejada dos equipamentos;			
4.	Indisponibilidade de componentes no mercado;			
5.	Impacto financeiro imprevisto.			
Id.	Ação Preventiva			Responsável
1.	Fiscalização contínua da execução contratual;			Gestores e Fiscais
2.	Aplicação tempestiva de advertências e penalidades;			
3.	Manutenção preventiva rigorosa;			
4.	Exigência de fornecimento de peças compatíveis ou equivalentes tecnicamente certificados;			
5.	Planejamento orçamentário compatível com o histórico de consumo.			
Id.	Ação de Contingência			Responsável
1.	Aplicação de multas e demais penalidades;			Gestores e Fiscais
2.	Reprogramação das manutenções;			
3.	Autorização de substituição técnica (retrofit parcial) mediante laudo aprovado;			
4.	Rescisão contratual, se necessário.			

RISCO 06							
[] Planejamento da Contratação		[] Seleção do Fornecedor		[X] Gestão do Contrato			
Probabilidade		[] Baixa		[X] Média		[] Alta	
Impacto		[] Baixa		[] Média		[X] Alta	
Id		Dano					
1.		Paralisação prolongada dos equipamentos por ausência de fornecedor;					
2.		Comprometimento da segurança e acessibilidade;					
3.		Custos emergenciais elevados.					
Id		Ação Preventiva				Responsável	
1.		Priorização administrativa do procedimento licitatório;				Gestores e fiscais.	
2.		Planejamento contratual adequado à vigência de longo prazo;					
3.		Registro da rescisão anterior como evento histórico para aprimoramento do planejamento.					
Id		Ação de Contingência				Responsável	
1.		Adoção de dispensa emergencial, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;				Setor de Infraestrutura e Setor de Licitação	
2.		Convocação de remanescentes;					
3.		Monitoramento intensivo durante eventual transição contratual.					

RISCO 07					
{ } Planejamento da Contratação		{ } Seleção do Fornecedor		{ X } Gestão do Contrato	
Probabilidade		{ } Baixa		{ X } Média	
		{ } Alta			
Impacto:		{ } Baixa		{ } Média	
		{ } Alta		{ X } Alta	
Id		Dano			
1.		Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;			
2.		Aumento abrupto no custo de peças e componentes;			
3.		Insuficiência do teto anual para cobertura das demandas.			
Id		Ação Preventiva		Responsável	
1.		Escalonamento prudencial do teto financeiro anual;		Gestores e fiscais	
2.		Pesquisa periódica de mercado para peças de maior valor;			
3.		Análise técnica prévia de substituições por componentes equivalentes normatizados.			
Id		Ação de Contingência		Responsável	
1.		Análise técnica e jurídica de eventual pedido de reequilíbrio;		Setor de Infraestrutura e Setor de Licitações	
2.		Adequação contratual dentro dos limites legais;			
3.		Priorização de intervenções críticas.			

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, conforme condições descritas no Termo de Referência.

4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

4.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.6. Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.6.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo de 10 (dez) dias para regularização;

4.6.2. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

4.6.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.6.5 Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).*

OU

5.2. *O valor total da contratação é de R\$..... (.....)*

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1 O orçamento estimado pela Administração baseou-se na planilha referencial SINAPI – PR, (Janeiro/26) e BDI de 25,80%.

7.2. Após o interregno de um ano, e [independentemente de pedido do contratado] **OU** [desde *que haja pedido do contratado*], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do(s) índice(s) _____ (*indicar o índice a ser adotado*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.2 Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Cientificar a Controladoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **XXXXXX**.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)); e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));*

9.24.1. *O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.*

9.25. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

9.26. *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.*

9.26.1. *Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.*

9.27. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.28. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

9.29. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.30. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.31. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

9.36. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.37. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.38. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.39. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.40. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do [artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006](#), de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.41. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.41.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.41.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme [artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981](#), e [Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014](#), e legislação correlata;

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

9.41.3 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.41.4 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.42. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

9.42.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.42.2 Nos termos dos [artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.42.2.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.42.2.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.42.2.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.42.2.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.42.3 Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

9.42.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.43. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.43.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.43.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.

9.44. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.45. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.46. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.47. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e

municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. As sanções administrativas são aquelas previstas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

MUNICÍPIO DE CASCADEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cascavel/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Cascavel, PR, [dia] de [mês] de [ano].

MUNICÍPIO DE CASCADEL
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
PREFEITO MUNICIPAL

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de empresa legalmente estabelecida especializada para prestação de serviços comuns de engenharia de manutenção preventiva e corretiva de elevadores de passageiros e plataformas elevatórias para pessoas com mobilidade reduzida (P.M.R.), com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços nas unidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Cascavel.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação de Cascavel (SEMED) possui uma infraestrutura física composta por Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil, além de edificações de apoio, como a sede administrativa, Almoxarifado, CEAVEL, Merenda Escolar e Oficina de Móveis Escolares.

O objeto do contrato consiste na prestação de serviços em equipamentos eletromecânicos para transporte vertical de pessoas, com foco principal no transporte de alunos, em conformidade com a Lei federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O contrato anteriormente vigente foi rescindido amigavelmente a pedido da contratada, não havendo, no momento, instrumento contratual ativo que assegure a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos. A ausência de manutenção periódica compromete a segurança operacional, pode acarretar paralisação dos equipamentos e impacta diretamente o direito à acessibilidade, especialmente nas unidades escolares que utilizam plataformas elevatórias para atendimento de pessoas com deficiência.

A presente contratação apresenta caráter de urgência em razão da rescisão amigável do contrato anterior nº 153/2024, celebrado com a empresa GABRIELA GONÇALVEZ PARABONI VAZ



14
1

LTDA, homologado em 06/12/2024, cuja extinção ocorreu em 06/02/2026, por iniciativa da contratada, com anuência da Administração nos termos do art. 138, II, da Lei nº 14.133/2021.

Desde a rescisão, os elevadores de passageiros e plataformas elevatórias para pessoas com mobilidade reduzida (P.M.R.) instalados nas unidades da SEMED operam sem manutenção preventiva e corretiva regular, configurando situação de risco iminente à segurança dos usuários, especialmente alunos e servidores com mobilidade reduzida, em violação ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e às normas técnicas de acessibilidade (ABNT NBR 9050:2020).

A necessidade de contratação surge tanto pela ausência estrutural de recursos humanos, materiais e ferramentais essenciais na SEMED – particularmente crítica em situações de intervenção emergencial, onde a burocracia setorial pode causar demoras significativas –, quanto pela interrupção total dos serviços de manutenção desde 06/02/2026, agravando o desgaste natural dos equipamentos e elevando os riscos operacionais.

Esses equipamentos requerem manutenção tanto corretiva quanto preventiva para garantir seu funcionamento adequado e prolongar sua vida útil. Dada a presença de diversas partes móveis suscetíveis ao desgaste precoce na ausência de manutenção periódica, intervenções imediatas, muitas vezes emergenciais, são necessárias para restaurar as condições de segurança e permitir a continuidade das atividades educacionais, evitando prejuízos materiais, paralisação das unidades e responsabilização civil da Administração.

Assim, o objetivo dessa contratação é restabelecer de forma urgente o funcionamento adequado dos equipamentos, garantir a segurança dos usuários e cumprir com as disposições do Estatuto da Pessoa com Deficiência, justificando a adoção de procedimento célere, com priorização interna da tramitação processual, nos termos dos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público.

3 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Diretrizes da Contratação

O serviço objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum de engenharia, tendo em vista que a manutenção de elevadores envolve sistemas eletromecânicos complexos que exigem a supervisão de profissional habilitado e o recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Ademais, classifica-se como serviço continuado, nos termos do Art. 6º, inciso XV, da Lei nº



19
1.

14.133/2021. Tal enquadramento justifica-se pela necessidade de assegurar a segurança física dos usuários e o cumprimento estrito da Lei Federal nº 13.146/2015. A interrupção destas atividades acarretaria riscos imediatos de acidentes e interdição de acesso, configurando descontinuidade de serviço público essencial..

3.2 Modalidade e Critério de Julgamento

A licitação será processada na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de Menor Custo Global mediante julgamento bifásico, em conformidade com a IN SEPLAG 02/2023. O certame dividirá a disputa em:

- Fase 1: Menor preço para serviços fixos (Itens 1-5);
- Fase 2: Maior desconto percentual para peças (Item 6).

A definição do vencedor considerará o Menor Custo Total Projetado, consolidando o somatório dos serviços ao teto estimado para peças com a aplicação do desconto. Esta metodologia justifica-se pela natureza variável das peças, utilizando o desconto sobre parâmetros objetivos para mitigar riscos de sobrepreço.

3.3 Vigência do Contrato

O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 10 anos, mediante justificativa de vantajosidade, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

A definição de vigência inicial de 05 (cinco) anos busca conferir maior estabilidade contratual e reduzir o risco de descontinuidade dos serviços, especialmente diante da experiência recente de rescisão antecipada do contrato anterior, assegurando continuidade e planejamento adequado da manutenção do parque instalado.

3.4 Regime de Execução do Contrato

A contratação será formalizada sob o regime de empreitada por preço global, compreendendo parcela fixa correspondente aos serviços mensais de manutenção preventiva e corretiva, e parcela variável relativa ao fornecimento de peças, componentes e materiais, executada sob demanda, mediante autorização da fiscalização, limitada ao teto financeiro anual escalonado previsto neste Estudo Técnico Preliminar.

O modelo adotado assegura previsibilidade orçamentária quanto à parcela fixa e controle financeiro quanto à parcela variável, não havendo obrigação de consumo mínimo do teto



16
1.

anual estabelecido para fornecimento de peças.

A parcela variável possui caráter estimativo, sendo executada sob demanda e limitada ao teto financeiro anual, não integrando obrigação automática de pagamento, mantendo-se a natureza global do contrato quanto à prestação dos serviços contínuos.

3.5 Da Subcontratação

É vedada a subcontratação da parcela principal do objeto, consistente na execução dos serviços de manutenção preventiva mensal e corretiva dos elevadores de passageiros e plataformas elevatórias para pessoas com mobilidade reduzida.

Admite-se, entretanto, a subcontratação de serviços estritamente acessórios e especializados, tais como recuperação de motores, retífica de componentes ou reparo de placas eletrônicas, desde que:

- i. tais serviços não descaracterizem a responsabilidade técnica e operacional da contratada perante a Administração;
- ii. a contratada permaneça integralmente responsável pela perfeita execução dos serviços, pela qualidade dos materiais empregados, pelo cumprimento dos prazos e pelas demais obrigações contratuais.
- iii. A contratada deverá informar formalmente à fiscalização, sempre que houver subcontratação de serviço acessório, indicando a empresa executora e o escopo do serviço, sem prejuízo da manutenção da responsabilidade integral perante a Administração.

3.6 Garantia da contratação

Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que tal exigência poderá elevar demasiadamente o preço dos serviços.

3.7 Garantia dos serviços

O prazo de garantia dos serviços de manutenção prestados durante a vigência do Contrato deverá ser de 90 (noventa) dias após seu término.

Para os materiais empregados na execução dos serviços deverá ser observada a garantia do fabricante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.8 Vistoria

A eventual realização de vistoria técnica é de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo admitidas posteriormente alegações de desconhecimento das condições que poderiam ser verificadas mediante diligência prévia razoável.

Fica facultado à empresa interessada em participar desta contratação realizar vistoria para melhor elaboração de sua proposta, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:30 horas as 12:00 horas e das 14:00 horas as 16:30 horas, com agendamento através do telefone (45) 4001-2830, com no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data marcada para a sessão pública.

Não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições e do local de execução dos serviços.

3.9 Normativos que norteiam a contratação

3.9.1 Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)

- ABNT NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 12892:2022 – Elevadores unifamiliares ou de uso restrito à pessoa com mobilidade reduzida – Requisitos de segurança para construção e instalação;
- ABNT NBR 14712:2013 – Elevadores elétricos e hidráulicos – Elevadores de carga, monta-cargas e elevadores de maca – Requisitos de segurança para construção e instalação;
- ABNT NBR 16083:2012 – Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes – Requisitos para instruções de manutenção;
- ABNT NBR 16858-7:2022 – Elevadores – Requisitos de segurança para construção e instalação – Parte 7: Melhoria da segurança de elevadores de passageiros e elevadores de passageiros e cargas existentes;
- ABNT NBR NM 313:2007 – Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência.

3.9.2 Normas Internacionais

- ISO 4190:2010 – Estabelece requisitos gerais para a segurança de elevadores e



10

escadas rolantes;

- ABNT NBR ISO 9386-1:2013 – Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional – Parte 1: Plataformas de elevação vertical.

3.9.3. Legislação Específica

- Lei Federal nº 10.098/2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Decreto Federal nº 5.296/2004 – Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade;
- Norma Regulamentadora NR 12 – Estabelece medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores em máquinas e equipamentos, incluindo elevadores.

Além de demais normas pertinentes a manutenção de elevadores e plataformas para P.M.R. e suas atualizações, inclusive normas internacionais mais adequadas à situação, de entidades reconhecidas.

3.10 Especificações Técnicas

3.10.1 Manutenção Preventiva

A manutenção preventiva refere-se aos procedimentos realizados com periodicidade mensal, considerando o grau de utilização nas unidades escolares, a necessidade de garantia contínua de acessibilidade e o estágio de envelhecimento do parque instalado.

Procedimentos:

- Inspeção visual e funcional dos componentes principais, conforme normas;
- Lubrificação de partes móveis;
- Verificação e ajuste de sistemas de controle e segurança.

3.10.2 Manutenção Corretiva:

A manutenção corretiva tem como objetivo reparar todos os defeitos, falhas e irregula-



19

ridades detectadas, restabelecendo o pleno funcionamento dos equipamentos. Isso inclui a substituição de peças defeituosas e faltantes. A necessidade dessa manutenção pode surgir de problemas mecânicos, elétricos, desgaste natural do equipamento ou manuseio inadequado pelo usuário.

A manutenção corretiva atenderá às solicitações do contratante quantas vezes forem necessárias, sem custo adicional quanto à mão de obra, permanecendo o fornecimento de peças, componentes e materiais condicionado à autorização da fiscalização e limitado ao teto financeiro anual estabelecido no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, sempre que houver paralisação do equipamento, funcionamento inadequado, ou necessidade de recuperação, substituição de peças, ou correção de defeitos que prejudiquem o funcionamento dos equipamentos.

As principais características da manutenção corretiva incluem:

- Atendimento rápido a chamados, com tempo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas;
- Substituição de peças danificadas ou desgastadas conforme normas;
- Reparo de componentes elétricos, eletrônicos e mecânicos.

3.10.3 Atendimento Emergencial:

- Disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;
- Tempo máximo de atendimento para atendimentos emergenciais:
 - 30 (trinta) minutos com pessoas presas em seu interior;
 - 2 (duas) horas sem pessoas presas em seu interior.

3.10.4 Relatórios Técnicos:

- Elaboração de relatórios/fichas técnicas após cada visita de manutenção;
- Registro de atividades realizadas, problemas identificados e medidas adotadas.

3.10.5 Peças de Reposição e Componentes:

A execução será realizada conforme a necessidade identificada e autorizada pela fiscalização, após aprovação do orçamento. As seguintes diretrizes devem ser observadas:

- Apresentar um relatório detalhado explicando a necessidade de substituição;
- Utilização de peças originais ou de qualidade equivalente;
- Corrigir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os serviços que, após a entrega e aceite, venham a apresentar defeitos durante o prazo de garantia do



20

fabricante.

3.11 Qualificação Técnica

3.11.1 Certificado de Registro da Empresa junto ao CREA

Apresentar certificado de registro da empresa junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) conforme os Art. 6º e Art. 8º, inciso II, da Resolução nº 336/1989 do CONFEA (Conselho Nacional de Engenharia e Agronomia), com validade na data da apresentação das propostas. Se possuir sede em outro Estado da Federação, deverá apresentar visto do CREA/PR no momento da execução do contrato.

3.11.2 Declaração de Disponibilidade de Profissionais Qualificados

Declarar a disponibilidade de profissionais de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente no quadro técnico da empresa por ocasião da execução do contrato, que será o profissional responsável pelo serviço, junto com o certificado de registro do profissional.

3.11.3 Comprovação de Qualificação Técnico-Profissional

A comprovação de que o profissional de nível superior ou outro pertence ao quadro da empresa no momento da contratação pode ser feita através dos seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- Certidão do CREA/CAU;
- Cópia do Livro Registro de Empregados;
- Contrato social;
- Contrato de prestação de serviço.

3.11.4 Recolhimento de ART

No prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, será exigida a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente aos serviços de manutenção, devidamente quitada e assinada.

A contratada deverá manter responsável técnico legalmente habilitado, com registro ativo no respectivo conselho profissional, e apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) válida, mantida vigente durante todo o período de execução contratual, observadas as disposições da legislação aplicável.



21
1

3.12 Da Prestação dos Serviços

Os serviços deverão ser executados de forma a não interromper ou prejudicar as atividades exercidas nas dependências do contratante.

Quando necessário realizar serviços em horário fora do expediente normal, deverá ser informado previamente ao fiscal do contrato e ao gestor da unidade, por escrito, o(s) nome(s) completo(s) do(s) técnico(s) e respectivo(s) documento(s) de identificação, a fim de obter autorização para entrada nas dependências do contratante.

A manutenção deverá ser executada no local onde se encontram os equipamentos. Caso haja necessidade da retirada de equipamentos para execução de manutenção na oficina da contratada, esta deverá arcar com todos os custos e recursos para retirar e transportar os equipamentos defeituosos para o local da oficina, assim como para o retorno para sua posição de origem.

Deverá fornecer e garantir o uso dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), conforme normas vigentes, visando a não ocorrência de danos físicos e materiais, não só com relação aos seus funcionários, como também com relação aos usuários em geral.

Deverá disponibilizar e manter durante o período de execução dos serviços, seu pessoal uniformizado, e provendo-os de todo o ferramental e os equipamentos necessários à execução dos serviços.

Deverá indicar um preposto, representante da empresa aceito pela Administração, para representá-la ao longo da vigência contratual, informando todos os meios de contato e assegurar a sua disponibilidade para contato durante o horário da prestação dos serviços, e terá as seguintes atribuições:

- Prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização;
- Receber e encaminhar os serviços demandados pelo contratante para execução, conforme as especificações constantes neste documento;
- Ter pleno conhecimento das atividades realizadas pelos funcionários;
- Atender prontamente às solicitações do contratante;
- Tomar ciência dos relatórios da fiscalização, ofícios, atas de reunião e outros documentos necessários à eficaz comunicação entre contratada e contratante;
- Comunicar à fiscalização do contrato sobre ocorrências cujas soluções não sejam



22
1

de sua alçada e que possam impactar no desenvolvimento dos serviços;

- Comunicar ao contratante a ocorrência de toda e qualquer irregularidade ou anormalidade constatada na prestação dos serviços.

Eventuais substituições do preposto deverão ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação formal ao contratante, mediante aprovação da fiscalização.

Deverá ser feita inspeção inicial de todos os componentes, promovendo adequação e regulação dos equipamentos, dentro das condições estipuladas pelo fabricante.

Quando identificados equipamentos com defeito, deverá ser apresentado relatório com diagnóstico apurado, no qual deverá ser informado a unidade onde está instalado o e tipo de modelo do equipamento.

Ficará a cargo da contratada a responsabilidade pelo deslocamento de seus técnicos aos locais de serviço, assim como pelas despesas de transportes, frete e seguros correspondentes.

Todos os materiais e produtos a serem empregados na prestação dos serviços deverão ser novos, sem uso e estarem de acordo com as especificações técnicas.

Após realização dos serviços, deverá ser feita limpeza de toda a área.

3.13 Sustentabilidade

Conforme o Guia de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), é essencial que as contratações públicas integrem critérios de sustentabilidade. Esses critérios não apenas promovem a proteção ambiental, mas também podem gerar economia a longo prazo e benefícios sociais.

Na execução dos serviços, deverão ser adotadas práticas de sustentabilidade ambiental, com ênfase no consumo racional de água e energia elétrica, em conformidade com as Normas Brasileiras relativas a resíduos sólidos, líquidos e gasosos.

Sempre que houver necessidade de substituição de fluidos e peças, deverão ser utilizados, sempre que compatíveis, equivalentes com menor potencial de contaminação e eficiência energética.

4 CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

No que refere ao catálogo eletrônico de padronização, como o Município ainda não possui a ferramenta, foi realizada consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização do Governo Federal,



não sendo identificado item padronizado que atenda integralmente às especificidades da presente contratação, estando justificada a sua não utilização.

5 LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em pesquisa sobre as práticas adotadas por órgãos públicos para a manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas para P.M.R., observou-se que a Administração Pública geralmente utiliza dois principais modelos para a execução desses serviços:

- Prestação do serviço, com o órgão responsável pelo fornecimento de peças;
- Prestação do serviço, com a contratada responsável pelo fornecimento de peças e equipamentos.

Atualmente, este segundo modelo é o mais representativo e adotado pela maioria dos órgãos da Administração Pública. Isso se deve à sua capacidade de oferecer uma solução mais integrada e eficiente, reduzindo a complexidade administrativa e agilizando o processo de manutenção, especialmente em situações emergenciais. Após análise comparativa, conclui-se que o modelo integrado (serviços e fornecimento de peças sob responsabilidade da contratada) apresenta maior eficiência operacional, menor risco de paralisação e melhor aderência à situação atualmente vivenciada pela Administração.

5.1 Análise das Contratações Anteriores

A Administração realizou análise criteriosa da execução do Contrato nº 153/2024 (Empresa Gabriela Gonzalvez Paraboni Vaz Ltda), rescindido amigavelmente em 06/02/2026. Identificou-se que a principal fragilidade do modelo anterior residia na subestimativa da demanda por peças de reposição, frente ao natural envelhecimento do parque instalado (o gasto saltou de R\$ 3.150,00 em 2022 para R\$ 15.698,58 em 2025). Como lição aprendida para o presente planejamento, adotou-se a metodologia de Teto Financeiro Anual Escalonado, garantindo que a nova contratação tenha suporte financeiro para o aumento progressivo da necessidade de peças, evitando o desequilíbrio econômico e novas interrupções do serviço.

6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 Prestação do Serviço, com o Órgão Responsável pelo Fornecimento de Peças

A Administração Pública contrata a mão de obra especializada para realizar os serviços de



24
P.

manutenção preventiva e corretiva, enquanto se responsabiliza pela aquisição das peças necessárias.

Este arranjo possui algumas características específicas:

6.1.1 Gerenciamento de Contratos:

A necessidade de gerir um maior número de contratos, uma vez que existem contratos distintos para serviços e para a compra de peças;

6.1.2 Riscos de Execução:

A execução dos serviços de manutenção pode ser comprometida se o órgão não tiver a peça necessária em estoque, especialmente em situações que requerem intervenções emergenciais. A aquisição de peças no setor público pode ser demorada devido aos processos burocráticos envolvidos.

6.2 Prestação do Serviço, com a Contratada Responsável pelo Fornecimento de Peças e Equipamentos

A empresa contratada é responsável tanto pela prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva quanto pelo fornecimento de todas as peças e equipamentos necessários.

Algumas vantagens deste modelo incluem:

6.2.1 Eficiência e Agilidade:

A empresa contratada pode fornecer rapidamente as peças e equipamentos necessários, o que é crucial para a realização de manutenções emergenciais.

6.2.2 Simplificação de Gestão:

A redução no número de contratos a serem gerenciados pela Administração Pública, já que um único contrato abrange tanto os serviços quanto o fornecimento de materiais.

Após análise comparativa, conclui-se que o modelo integrado (serviços e fornecimento de peças sob responsabilidade da contratada) apresenta maior eficiência operacional, menor risco de paralisação e melhor aderência à situação emergencial atualmente vivenciada pela Administração.

7 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

O quantitativo estimado foi definido considerando a vigência contratual de 60 (sessenta)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

25

meses, a periodicidade mensal de manutenção preventiva e corretiva para todos os equipamentos e a atual configuração do parque instalado nas unidades da Secretaria Municipal de Educação.

A estimativa foi elaborada com base no número de equipamentos existentes, nas características técnicas de cada modelo e na necessidade de manutenção contínua, visando garantir segurança operacional, confiabilidade e conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

Os quantitativos previstos são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QTDE
1	Manutenção preventiva e corretiva para elevador de passageiros com 2 paradas e 6 passageiros da Escola Municipal Prof. Ademir Correa Barbosa - modelo Motion TEM 450.	Manutenção Mensal	60
2	Manutenção preventiva e corretiva para elevador de passageiros com 3 paradas e 4 passageiros da Escola Municipal Adolival Pian - Modelo Ortobras.	Manutenção Mensal	60
3	Manutenção preventiva e corretiva para elevador de passageiros com 4 paradas e 8 passageiros da Secretaria Municipal de Educação - modelo Otis 37NM8070.	Manutenção Mensal	60
4	Manutenção preventiva e corretiva para elevador de passageiros com 6 paradas e 8 passageiros do Centro Municipal de Educação Básica para Jovens e Adultos Paulo Freire - Modelo Thyssenkrupp Export.	Manutenção Mensal	60
5	Manutenção preventiva e corretiva para plataforma elevatória cabinada com iluminação, sem casa de máquinas, com 2 paradas e 3 passageiros para PNE nas unidades da rede municipal de ensino, totalizando 15 equipamentos - Escolas Municipais Almirante Barroso, Ana Neri, Artur Carlos Sartori, Edison Pietrobelli, Luiz Vianey Pereira, Mario Pimentel de Camargo, Prof. ^a Arminda T. Villvock (x2), Prof. ^a Gladis Maria Tibola, Prof. ^a Ilizete Santa Bonato Pasini, Prof. ^a Michalina K. Sochodolak, Robert F. Kennedy, Teotônio Vilela, CETEA Juditha Paludo Zanuzzo e CMEI Cecília Alves Rios de Lima.	Manutenção Mensal	900
6	Fornecimento de peças, componentes e materiais sob demanda	Teto anual escalonável	

A adoção da periodicidade mensal para as plataformas elevatórias fundamenta-se no envelhecimento progressivo dos equipamentos, na necessidade de reduzir ocorrências corretivas emergenciais e na busca por maior confiabilidade operacional, especialmente considerando seu papel essencial na garantia da acessibilidade.

Quanto ao fornecimento de peças, componentes e materiais, este será realizado sob demanda, mediante prévia autorização da fiscalização, observando-se teto financeiro anual escalonado, renovável a cada exercício financeiro, não cumulativo e sem obrigação de consumo mínimo.

8 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada a partir de pesquisa de mercado junto



26

a empresas especializadas no setor, análise comparativa de propostas válidas e histórico real de consumo da Administração. Para fins de planejamento e reserva orçamentária, o valor global estimado máximo da contratação para o período de 60 (sessenta) meses corresponde a R\$ 568.300,00 (quinhentos e sessenta e oito mil e trezentos reais).

Este montante totaliza a soma da parcela fixa de serviços (R\$ 498.300,00) e da parcela variável de fornecimento de peças sob demanda (R\$ 70.000,00), conforme detalhado na metodologia.

8.1 Detalhamento da Metodologia

Para a parcela referente à manutenção preventiva e corretiva, adotou-se a média aritmética simples dos orçamentos válidos obtidos, após análise técnica para verificação de compatibilidade do escopo e exclusão fundamentada de valores manifestamente inexequíveis ou discrepantes.

No que se refere ao fornecimento de peças e componentes, considerando sua natureza variável e imprevisível, a Administração realizou análise histórica dos valores efetivamente utilizados nos últimos anos sob o contrato anterior, que demonstraram variações significativas, inclusive com tendência de crescimento nos exercícios mais recentes (R\$ 3.660,00 em 2020, R\$ 3.656,67 em 2021, R\$ 3.150,00 em 2022, R\$ 9.047,93 em 2023, R\$ 7.316,00 em 2024 e R\$ 15.698,58 em 2025 até a rescisão em 2026), compatível com o envelhecimento do parque instalado e agravada pela interrupção total dos serviços desde fevereiro de 2026.

Diante desse cenário, optou-se por estabelecer teto financeiro anual escalonado para o fornecimento de peças, com valores máximos fixados em R\$ 12.000,00 no primeiro ano, acrescido de R\$ 1.000,00 a cada exercício subsequente, até atingir R\$ 16.000,00 no quinto ano de vigência contratual, totalizando R\$ 70.000,00 em 60 meses.

O teto anual constitui limite máximo de despesa por exercício financeiro, não gerando direito adquirido à totalidade do valor estimado, não sendo cumulativo entre exercícios e ficando condicionado à efetiva necessidade e autorização formal da fiscalização.

8.2 Justificativa

A metodologia adotada busca equilibrar economicidade e segurança contratual. A utilização da média aritmética simples para os serviços contínuos assegura aderência aos preços de



27
1

mercado, enquanto o escalonamento prudencial para peças permite acomodar o aumento progressivo da demanda por substituições decorrente do desgaste natural dos equipamentos, intensificado pela ausência de manutenção desde a rescisão amigável do contrato anterior.

Essa estrutura reduz o risco de aditivos frequentes, pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e descontinuidade do serviço (como já verificado na extinção do contrato anterior), além de proporcionar maior previsibilidade orçamentária ao longo da vigência contratual, especialmente crítico diante da urgência operacional atual.

Dessa forma, conclui-se que o valor estimado é compatível com a realidade do mercado, adequado às necessidades da Administração e suficientemente estruturado para garantir execução contratual estável durante os 60 meses de vigência, restabelecendo imediatamente a regularidade dos serviços interrompidos.

Ressalta-se que os valores estimados não configuram obrigação de execução integral, servindo como parâmetro máximo de planejamento orçamentário.

9 JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar a viabilidade do parcelamento do objeto sempre que essa medida representar ampliação da competitividade e melhor aproveitamento do mercado, desde que não haja prejuízo técnico, econômico ou operacional para a execução contratual.

Nesse sentido, a presente contratação foi analisada sob os aspectos técnico, econômico e de competitividade, com o objetivo de verificar a possibilidade de parcelamento do objeto sem comprometer a eficiência da solução pretendida.

Foram consideradas, em especial, duas hipóteses de parcelamento: (i) a separação entre os serviços de manutenção preventiva e corretiva e o fornecimento de peças e componentes; e (ii) a divisão da contratação por tipo de equipamento ou por unidade administrativa atendida.

Após análise técnica e operacional, concluiu-se que o parcelamento não se mostra vantajoso nem adequado às necessidades da Administração.

Inicialmente, destaca-se que a manutenção de elevadores e plataformas elevatórias constitui atividade que exige responsabilidade técnica integrada. A separação entre a prestação dos serviços de manutenção e o fornecimento de peças poderia gerar conflitos quanto à identificação das causas de falhas, à responsabilização por defeitos decorrentes da instalação ou substituição



28

de componentes e a garantia dos itens aplicados, dificultando a fiscalização contratual e ampliando o risco de controvérsias administrativas.

Além disso, a divisão por equipamentos ou unidades administrativas comprometeria a padronização dos procedimentos de manutenção, a uniformidade técnica dos serviços executados e a centralização da responsabilidade operacional, podendo ainda elevar os custos administrativos decorrentes da gestão e fiscalização de múltiplos contratos simultâneos.

Adicionalmente, a natureza contínua do serviço e a necessidade de atendimento emergencial, inclusive em situações de eventual retenção de usuários no interior das cabinas, exigem resposta rápida, coordenação imediata e definição clara de responsabilidades técnicas, circunstâncias que são favorecidas pela execução contratual concentrada em uma única empresa.

Ressalta-se ainda que os equipamentos instalados nas unidades municipais possuem diferentes fabricantes e modelos, situação comum em edificações públicas ao longo do tempo. Todavia, a manutenção de elevadores e plataformas de acessibilidade não constitui serviço exclusivo do fabricante, existindo no mercado empresas especializadas na prestação de manutenção multimarcas, aptas a executar os serviços com responsabilidade técnica e fornecimento de peças compatíveis.

Dessa forma, eventual parcelamento da contratação por fabricante ou por tipo de equipamento não se mostra tecnicamente recomendável, pois poderia ocasionar fragmentação da responsabilidade técnica, dificuldades operacionais no atendimento emergencial e aumento dos custos administrativos de gestão contratual.

Sob o aspecto econômico e administrativo, a contratação unificada tende a proporcionar maior eficiência operacional, economia de escala, melhor planejamento das rotinas de manutenção e simplificação da gestão contratual, reduzindo custos indiretos e mitigando riscos de descontinuidade na prestação dos serviços.

Assim, conclui-se que o não parcelamento do objeto atende ao interesse público, preserva a eficiência administrativa, assegura maior controle técnico sobre a execução contratual e reduz riscos operacionais, estando devidamente justificado à luz da legislação vigente.

10 CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há necessidade de contratações correlatas para a viabilização das intervenções oriundas dos serviços que a Administração pretende contratar.



11 DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Cascavel, sob o nº 155/2026.

12 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1 Segurança Operacional Melhorada:

Garantir que os elevadores e plataformas elevatórias estejam em conformidade com os padrões de segurança estabelecidos, reduzindo assim o risco de acidentes e garantindo a segurança dos usuários.

12.2 Confiabilidade Aprimorada:

Manter os equipamentos em pleno funcionamento e minimizar o tempo de inatividade, garantindo que os usuários possam confiar nos elevadores e plataformas elevatórias para suas necessidades de mobilidade.

12.3 Atendimento Oportuno:

Garantir tempos de resposta rápidos para reparos e manutenção corretiva, garantindo que quaisquer problemas sejam resolvidos prontamente e que os equipamentos estejam disponíveis para uso o mais rápido possível.

12.4 Satisfação dos Usuários:

Assegurar a satisfação dos usuários finais, proporcionando um serviço de manutenção de alta qualidade que atenda às suas necessidades de forma eficiente e profissional.

12.5 Transparência:

Estabelecer procedimentos transparentes para relatar e resolver problemas, bem como garantir a prestação de contas por parte do contratado, garantindo que os serviços contratados sejam entregues conforme especificado.

12.6 Economia de Custos:

Implementar práticas de manutenção preventiva que ajudem a evitar problemas de grande escala e custosos no futuro, reduzindo assim os custos de manutenção a longo prazo e



30

maximizando o retorno sobre o investimento.

12.7 Cumprimento dos Prazos:

Garantir que todos os serviços de manutenção sejam concluídos dentro dos prazos acordados, evitando atrasos que possam causar inconvenientes para os usuários e para a operação geral do edifício ou instalação.

12.8 Sustentabilidade:

Implementar práticas de manutenção que otimizem o consumo de energia dos elevadores e plataformas, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e reduzindo os custos operacionais.

12.9 Justificativa para a não utilização do Indicador de Manutenção e Resultados (IMR)

A Administração optou pela não utilização de um sistema complexo de IMR ou Acordo de Níveis de Serviço (SLA) fundamentada no Art. 7º, § 4º da Lei nº 14.133/2021. A segurança operacional em elevadores é de natureza absoluta: o equipamento deve estar integralmente funcional ou ser imediatamente interditado.

Os tempos de resposta já estabelecidos (30 minutos para emergências e 2 horas para chamados comuns) funcionam como indicadores objetivos e suficientes. A imposição de métricas estatísticas adicionais elevaria o custo das propostas sem ganho técnico real, sendo a fiscalização baseada nas Fichas de Manutenção Mensal e nos Atestos de Funcionamento o método mais eficiente e menos oneroso para garantir a execução do objeto.

13 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PRÉVIAS AO CONTRATO

Não há necessidade de adequações estruturais prévias, sendo necessária apenas a designação formal de fiscal e gestor do contrato antes do início da execução.

14 DE IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1 Positivos:

14.1.1 Eficiência Energética:

A implementação de práticas de manutenção que visam otimizar o consumo de energia



31

dos elevadores e plataformas pode resultar em uma redução do consumo de eletricidade, contribuindo para a conservação de recursos naturais e reduzindo as emissões de gases de efeito estufa.

14.1.2 Redução de Resíduos:

A manutenção preventiva e corretiva adequada pode ajudar a prolongar a vida útil dos equipamentos, reduzindo a necessidade de substituição frequente de componentes e, consequentemente, reduzindo a geração de resíduos sólidos associados à produção e descarte de novos equipamentos.

14.1.3 Minimização de Produtos Químicos:

A utilização de lubrificantes e materiais de limpeza menos nocivos ao meio ambiente durante a manutenção pode reduzir a contaminação do solo e da água.

14.2 Negativos:

14.2.1 Consumo de Recursos:

A manutenção regular dos elevadores e plataformas pode exigir o uso de recursos como energia elétrica, água e materiais de reposição, o que pode contribuir para a degradação ambiental se não forem gerenciados de forma sustentável.

14.2.2 Descarte de Materiais:

A substituição de peças e componentes durante a manutenção pode resultar na geração de resíduos, alguns dos quais podem ser prejudiciais ao meio ambiente se não forem descartados adequadamente.

14.2.3 Emissões durante a Manutenção:

A operação de veículos e equipamentos durante os trabalhos de manutenção pode resultar na emissão de poluentes atmosféricos, especialmente se forem utilizados veículos movidos a combustíveis fósseis.

15 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nos estudos realizados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é tecnicamente adequada, operacionalmente necessária e orçamentariamente viável.



32

Sob o aspecto técnico, restou demonstrada a indispensabilidade da manutenção preventiva e corretiva contínua dos elevadores e plataformas elevatórias instalados nas unidades da Secretaria Municipal de Educação, equipamentos essenciais à mobilidade interna, à segurança dos usuários e à garantia da acessibilidade. A definição da periodicidade mensal de manutenção, inclusive para as plataformas elevatórias, mostra-se compatível com o estágio de utilização e envelhecimento do parque instalado, contribuindo para redução de falhas, aumento da confiabilidade e diminuição de intervenções emergenciais.

Do ponto de vista operacional, verificou-se que o modelo de contratação unificada, abrangendo os serviços de manutenção preventiva e corretiva e o fornecimento eventual de peças e componentes sob demanda, é o que melhor atende ao interesse público. A centralização da execução em uma única contratada permite concentração da responsabilidade técnica, maior agilidade na identificação de falhas, simplificação da fiscalização e maior eficiência no atendimento de chamados emergenciais, especialmente em situações de paralisação de equipamentos ou resgate de usuários.

No aspecto econômico-financeiro, a estimativa de valor considera a distinção entre a parcela fixa referente aos serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva e a parcela variável relativa ao fornecimento de peças e componentes. Os serviços de manutenção constituem a parte principal da contratação, sendo estimados com base em parâmetros de mercado e histórico contratual da Administração. Já o fornecimento de peças ocorrerá exclusivamente sob demanda, mediante autorização da fiscalização contratual, com formação de preços baseada na aplicação de desconto sobre tabelas oficiais vigentes dos fabricantes ou distribuidores autorizados. Considerando a natureza variável e imprevisível da substituição de componentes, estabeleceu-se teto financeiro anual escalonado para essa parcela, definido a partir da análise do histórico real de consumo da Administração e da tendência de aumento da necessidade de reposição decorrente do desgaste natural dos equipamentos ao longo do tempo.

Quanto à vigência contratual de 60 (sessenta) meses, verifica-se que a medida contribui para maior eficiência administrativa, redução de custos indiretos com repetição anual de procedimentos licitatórios e melhor planejamento de médio prazo, sem afastar a necessidade de avaliação periódica de vantajosidade e interesse público para eventual prorrogação, nos termos da Lei 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

33
0

Diante do exposto, entende-se que a solução proposta é adequada para atender às necessidades da Administração, apresenta compatibilidade com os preços praticados no mercado e está estruturada de forma a garantir continuidade, segurança e eficiência na prestação dos serviços ao longo da vigência contratual, restando caracterizada a viabilidade da contratação.


16 INDICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO/ CONTRATAÇÃO

INTEGRANTE	MATRÍCULA	SECRETARIA/SETOR	CARGO/FUNÇÃO
Sabrina Ruzza Pescador São Pedro	31.484	Secretaria Municipal de Educação Setor de Infraestrutura	Arquiteta e Urbanista
Marina Helena Piaia Barboza	36.535	Secretaria Municipal de Educação Dep. de Plan., Gestão e Finanças	Gerente da Divisão de Logística e Manutenção
Miriam Jaqueline de Araújo Carlotto	27.344	Secretaria Municipal de Educação Dep. de Plan., Gestão e Finanças	Diretora do Dep. de Plan. Gestão e Finanças
Gislaine Buraki de Andrade	29.705	Secretaria Municipal de Educação Gabinete	Secretária Municipal de Educação

17 INDICAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO E FISCAIS

SERVIDOR	MATRÍCULA	FORMAÇÃO/REG. PROFISSIONAL	SECRETARIA/SETOR	CARGO/FUNÇÃO
Luiz Gustavo Lazzarin	24.616	Engenheiro Eletricista CREA PR-116.546/D	Secretaria Municipal de Educação	Fiscal de Contrato
Teodato Zingano Bischoff	31.426	Engenheiro Civil CREA PR-136277/D	Secretaria Municipal de Educação	Suplente de Fiscal de Contrato
Bruna Aparecida Ramos Luz	32.856	Supervisora de Serviço	Secretaria Municipal de Educação	Gestor de Contrato
Gisely Ana Gusatto Rebequi	26.424	Encarregada de Setor Designado	Secretaria Municipal de Educação	Suplente de Gestor de Contrato

Cascavel, 09 de março de 2026.



Sabrina Ruzza Pescador São Pedro
Arquiteta e Urbanista – CAU A62266-4
Supervisora do Setor de Infraestrutura
Matrícula 31.484



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

34
1.


Marina Helena Piaia Barboza

Gerente de Divisão
Dep. de Plan., Gestão e Finanças - SEMED
Matrícula nº 36.535


Miriam Jaqueline de Araújo Carlotto

Diretora
Dep. de Plan., Gestão e Finanças - SEMED
Matrícula 27.344


Gislaine Buraki de Andrade
Secretária Municipal de Educação

MAPA COMPARATIVO DOS PREÇOS PESQUISADOS – I.N. nº 02/2023 – SEPLAG

GRUPO	ITEM	CATSER/ CATMAT	CÓDIGO IPM	UND	QDE	DESCRIÇÃO DOS ITENS	AJUST	ELETRON	ERSAL	RPM	Média aritmética das pesquisas válidas
1	1	3557	554995	SER	60	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MENSAL PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 2 PARADAS E 6 PASSAGEIROS DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. ADEMIR CORREA BARBOSA - MODELO MOTION TEM 450.	R\$ 450,00	R\$ 650,00	R\$ 460,00	R\$ 300,00	R\$ 465,00
	2	3557	561754	SER	60	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MENSAL PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 3 PARADAS E 4 PASSAGEIROS PARA PNE DA ESCOLA MUNICIPAL ADOLIVAL PIAN - MODELO ORTOBRAS.	R\$ 400,00	R\$ 850,00	R\$ 430,00	R\$ 380,00	R\$ 515,00
	3	3557	554996	SER	60	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MENSAL PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 4 PARADAS E 8 PASSAGEIROS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - MODELO OTIS 37NM8070.	R\$ 530,00	R\$ 1.100,00	R\$ 550,00	R\$ 490,00	R\$ 667,50
	4	3557	554997	SER	60	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MENSAL PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 6 PARADAS E 8 PASSAGEIROS DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS PAULO FREIRE - MODELO THYSSENKRUPP EXPORT.	R\$ 580,00	R\$ 1.500,00	R\$ 600,00	R\$ 550,00	R\$ 807,50
	5	3557	561755	SER	900	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MENSAL PARA PLATAFORMA ELEVATÓRIA CABINADA COM ILUMINAÇÃO SEM CASA DE MAQUINAS COM 2 PARADAS E 3 PASSAGEIROS PARA PNE NAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, TOTALIZANDO 15 EQUIPAMENTOS - ESCOLAS MUNICIPAIS ALMIRANTE BARROSO, ANA NERI, ARTUR CARLOS SARTORI, EDISON PIETROBELLI, LUIZ VIANEY PEREIRA, MARIO PIMENTEL DE CAMARGO, PROF.ª ARMINDA T. VILLVOCK (X2), PROF.ª GLADIS MARIA TIBOLA, PROF.ª ILIZETE SANTA BONATO PASINI, PROF.ª MICHALINA K. SOCHODOLAK, ROBERT F. KENNEDY, TEOTÔNIO VILELA, CETEA JUDITHA PALUDO ZANUZZO E CMEI CECÍLIA ALVES RIOS DE LIMA.	R\$ 380,00	R\$ 650,00	R\$ 380,00	R\$ 150,00	R\$ 390,00
	6	6472	561756	ANO	5	TETO FINANCEIRO ANUAL PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES (CONFORME ETP)	N/A	N/A	N/A	N/A	Não aplicável

Peças e componentes para reposição sob demanda: contratação mediante desconto percentual sobre tabelas oficiais dos fabricantes, observado teto financeiro anual escalonado.

Justificativa para a escolha da metodologia e desconsideração de valores, quando aplicável

Verificou-se variação entre os valores apresentados pelos fornecedores consultados, especialmente em relação aos serviços de manutenção de plataformas elevatórias. Considerando que todos os orçamentos foram obtidos junto a empresas atuantes no ramo e que não houve identificação objetiva de erro material ou divergência de escopo entre as propostas, optou-se pela utilização da média aritmética simples entre os valores obtidos, metodologia amplamente aceita na formação do preço estimado da contratação.

Justificativa do tipo de base de precificação utilizada

A estimativa foi formada a partir de pesquisa direta com fornecedores especializados no segmento de manutenção de elevadores e plataformas elevatórias, em razão da especificidade do objeto e da ausência de parâmetros suficientes em bases públicas de preços que refletissem fielmente as características técnicas dos equipamentos contemplados no Termo de Referência.

Justificativa do fornecimento de peças, componentes e materiais para reposição

O fornecimento de peças, componentes e materiais de reposição possui natureza eventual e vinculada à ocorrência de falhas, desgaste natural ou necessidade técnica constatada durante a manutenção preventiva ou corretiva, não sendo viável a definição prévia de quantitativos ou preços unitários estimados para a diversidade de componentes possíveis. Em razão dessa característica, adotou-se o modelo de Teto Financeiro Anual Escalonado, conforme fundamentação constante no Estudo Técnico Preliminar. A definição dos valores teve como referência o histórico anual médio de consumo registrado em contratos anteriores da Secretaria, considerando intervenções realizadas, substituição de componentes eletromecânicos e eletrônicos e frequência de ocorrências corretivas. A projeção para os exercícios subsequentes contempla incremento progressivo compatível com o envelhecimento dos equipamentos e aumento potencial de demanda por reposições. O teto anual é não cumulativo, não implica obrigação de consumo mínimo e sua utilização dependerá de comprovação técnica e autorização formal da fiscalização contratual. Vencerá o Menor Custo Global, em julgamento bifásico: menor preço de serviços (itens 1-5) somado ao maior desconto em peças sobre tabelas oficiais ou distribuidores autorizados (item 6), garantindo vinculação a parâmetro objetivo de mercado e mitigando risco de sobrepreço.

Justificativa da Pesquisa de Preços no ETP e TR

A pesquisa de preços foi elaborada em consonância com o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, utilizando a mesma base técnica e os mesmos quantitativos projetados para 60 meses, assegurando coerência entre o planejamento da contratação e a estimativa orçamentária.

Justificativa para a escolha dos fornecedores

Foram consultadas empresas atuantes no segmento e com capacidade técnica compatível com o objeto, de modo a refletir preços praticados no mercado regional e assegurar fidedignidade às cotações obtidas.

Cascavel, 09 de março de 2026.

Sabrina Ruzza Pescador São Pedro
Arquiteta Urbanista – CAU A62266-4
Matrícula nº 31.484
Servidora responsável pela pesquisa

De acordo,

Gislaine Buraki de Andrade
Secretaria Municipal de Educação

5

Portaria nº 53/2026

Dispõe sobre a designação Gestores e Fiscais de Contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, nos termos do Decreto Municipal nº 17872 de 24 de outubro de 2023.

O Gestor da Unidade Administrativa da Secretaria Municipal de Educação no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 22 e artigo 26 do Decreto Municipal nº 17872/2023, resolve:

Designar os servidores abaixo denominados, para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17872/2023, de 24 de outubro de 2023, publicado em Diário Oficial do Município em 09 de novembro de 2023, Edição nº 3635, Caderno 01, Página 05 a 13, o qual "Regulamenta o disposto no § 3º do art.8º da Lei Federal nº 14.133 de 01º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos estores e fiscais de contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta.", consoante a Contratação de empresa legalmente estabelecida especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de elevadores de passageiros e plataformas elevatórias para pessoas com mobilidade reduzida (P.M.R.), com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços nas unidades da Secretaria Municipal de Educação, iniciada através do Processo Administrativo/Digital de Compra nº 35465/2026.

FUNÇÃO/ CONTRATO	NOME	MATRÍCULA	CARGO	ASSINATURA
Gestor	Bruna Aparecida Ramos Luz	32.856	Supervisora de Serviço	Bruna Ramos
Suplente de Gestor	Gisely Ana Gusatto Rebequi	26.424	Encarregada de Setor Designado	Gisely
Fiscal	Luiz Gustavo Lazzarin	24.616	Engenheiro Eletricista CREA PR-116.546/D	Luiz Gustavo Lazzarin
Suplente do Fiscal	Teodato Zingano Bischoff	31.426	Engenheiro Civil CREA PR-136.277/D	Teodato Z. Bischoff

Cascavel, 09 de março de 2026.



Giselaire Buraki de Andrade
Secretária Municipal de Educação